

Ata da LXXIIª reunião ordinária do Conselho Pleno, convocada em 9 de julho de 2008 e realizada em 12 e 13 de agosto de 2008, em Brasília, DF, com a pauta: informes da Diretoria Executiva; informes dos vice-presidentes regionais; informes das IFES; funcionamento das Comissões temáticas; projetos que estabelecem o sistema de cotas nas IFES; processo de revalidação de diplomas de cursos médicos obtidos no exterior; formação de professores com a presença do ministro da Educação Fernando Haddad; avaliação da Matriz Andifes 2008/2009; autonomia universitária e hospitais universitários. Estiveram presentes os dirigentes ou seus representantes legais: Adalberto Fazzio (UFABC); Álvaro Toubes Prata (UFSC); Amaro H. Pessoa Lins (UFPE); Ana Dayse Rezende Dórea (UFAL); Antônio Martins de Siqueira (UNIFAL); Antônio Nazareno G. Mendes (UFLA); Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU); Carlos Sigueyuki Sedyama (UFV); Clóvis Silva Lima (UFSM); Damião Duque de Farias (UFGD); Edward Madureira Brasil (UFG); Flávio Antônio dos Santos (CEFET-MG); Helvécio Luiz Reis (UFSJ); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (UFJF); Hidemburgue Ordozgoith da Frota (UFAM); João Carlos Brahm Cousin (FURG); João Luiz Martins (UFOP); José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS); José Carlos Tavares Carvalho (UNIFAP); José Ivonildo do Rêgo (UFRN); Josivan Barbosa Menezes (UFERSA); Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS); Luiz de Sousa Santos Júnior (UFPI); Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO); Márcia Helena Mendonça (UFPR); Maria Stella de Alcântara Gil (UFSCar); Marco Aurélio Leite Nunes (UFRA); Miguel Badenes Prades Filho (CEFET-RJ); Miriam da Costa Oliveira (UFCSPA); Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA); Natalino Salgado Filho (UFMA); Paulo Gabriel Soledade Nacif (UFRB); Paulo Speller (UFMT); Pedro Ângelo de Almeida Abreu (UFVJM); Renato de Aquino Faria Nunes (UNIFEI); Ricardo Motta Miranda (UFRRJ); Roberto Armando Aguiar (UnB); Roberto de Souza Salles (UFF); Roberto Ramos Santos (UFRR); Rômulo Soares Polari (UFPB); Ronaldo Tadêu Pena (UFMG); Rubens Sérgio Rasseli (UFES); Thompson Fernandes Mariz (UFCG); Ulysses Fagundes Neto (UNIFESP); Valmar Corrêa de Andrade (UFRPE) e Virmondes Rodrigues Júnior (UFTM). Dando início aos trabalhos, o presidente da Andifes, reitor Amaro Lins (UFPE), cumprimentou os presentes e convidou o advogado Claudismar Zupiroli, assessor jurídico da Associação, para apresentar um relato sobre as interpretações do TCU aos procedimentos executados pelas IFES. O presidente informou que haverá reunião no dia 20 de julho com os ministros do Planejamento e da Educação e com o TCU, quando poderão ser sinalizadas novidades. Dando continuidade aos informes da Diretoria Executiva, o presidente expôs a reunião com o ministro da Educação, o secretário executivo do MEC, José Henrique Paim Fernandes, e o secretário da SESu, Ronaldo Mota. Na reunião, que contou com a presença do reitor Nazareno Mendes (UFLA) e do secretário executivo da Andifes, Gustavo Balduino, foram discutidos: a) Lei dos Plantões que está na Casa Civil; b) HUs: haverá reunião dos reitores e diretores de HUs para levantar a situação e levar ao conhecimento do Ministério; c) Assistência Estudantil: a segunda parcela foi repassada de acordo com a proposta da Andifes; os demais repasses serão feitos de acordo com a proposta aprovada na Andifes, há previsão de assinatura de um termo de ajuste de conduta entre ministérios, IFES e TCU; e que o MEC, na LOA de 2009, incluirá um dispositivo que permite à IFES repassar os recursos de 2009 para 2010. Em relação a 2008, o ministro Fernando Haddad comprometeu-se a discutir com o ministro Paulo Bernardo a solução. Haverá devolução para o Tesouro desde que o recurso seja imediatamente recuperado na abertura do ano 2009; d) Emenda Andifes: é uma emenda extremamente pequena. Conforme o ministro, devido ao tamanho da emenda, talvez não estejamos aproveitando uma emenda maior para as universidades. Por exemplo, a recuperação da infra-estrutura. O tema deve ser pautado e o FORPLAD pode cuidar do levantamento das necessidades para prepararmos uma proposta como emenda que atenda às IFES; e) diárias e valores das CDs e FGs: proposta de pelo menos o pagamento integral das CDs e FGs, e não apenas 60%. Foi formalizado e precisamos dar continuidade; f) vagas docentes de 2008 do REUNI e as vagas das novas expansões da primeira fase e as vagas para 2009: depende do atendimento de metas. Foi solicitado ao MEC agilidade, em resposta, receberemos até setembro as vagas de 2009. Não haverá dificuldade na contratação desses docentes em período eleitoral. Os concursos de 2009 serão realizados e as contratações se darão a partir de 2 de janeiro de 2009; g) salários de professores substitutos: com a mudança no acordo e na remuneração dos professores, o salário do professor substituto estava atrelado ao salário do professor de 20h. Como não houve alteração na lei, o salário do professor substituto é em torno de R\$400,00. Em algumas universidades os professores não querem assumir. Há discussão para modificar a legislação e remunerar como anteriormente. As escolas técnicas e colégios de aplicação estão com defasagem, principalmente na questão de recursos humanos. O ministro mostrou disposição de corrigir esse problema. A Andifes se comprometeu a apresentar um estudo com as demandas para a recuperação dos quadros; h) CEFETs RJ e MG: será marcada uma audiência para a apresentação do projeto para a transformação destes CEFETs em universidades; i) CDs e FGs: não houve uma padronização na apresentação das demandas. O MEC está analisando os projetos apresentados dentro

do REUNI e encaminhará para os reitores a proposta de alocação destes, limitado ao valor estipulado no projeto. Não haverá CD2. A CEAD elaborou uma matriz para distribuição de vagas ao longo dos próximos quatro anos. Para esse ano, de imediato, 450 vagas para docentes e 250 vagas de TAs. A proposta que o MPOG colocou para o MEC é de que isso se repita em quatro anos. A seguir o deputado Pedro Wilson, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, informou acerca dos projetos de lei que tratam de cotas que estão tramitando no Congresso Nacional. O presidente Lins inicia o segundo dia de reunião recebendo a diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad e o professor Henry Campos (UFC) para discutir o processo de revalidação de diplomas obtidos no curso de medicina no exterior um projeto piloto dos alunos brasileiros oriundos de Cuba, que é trabalhado há alguns anos. Os convidados relataram reuniões setoriais com grupos diferentes de reitores para discutir esse tema e a necessidade de conclusão do processo para dar início ao trabalho devido à grande demanda que chega às IFES. O procedimento unificado aplicável para as IFES e a padronização facilitam o processo para as universidades e a implantação do mesmo. O texto-base foi previamente encaminhado às IFES e o Conselho Pleno aprovou a *Proposta de Trabalho Piloto para Construção de Novo Processo de Revalidação de Diplomas Médicos Obtidos no Exterior*. Na seqüência, o presidente Reynaldo Fernandes (INEP/MEC) discorreu acerca do sistema de informações produzido pelo INEP. Segundo ele, o Instituto julga qualquer sistema de avaliação pela utilidade, pela qualidade dos indicadores produzidos e a utilidade para diversos públicos que se interessam pelo sistema. No caso do SINAES, as informações de cursos avaliam as instituições. São objetivos da avaliação de curso no SINAES: 1) aferir indicadores de qualidade do profissional egressos; 2) definir a importância da instituição na formação do interessado. Todo o processo de formação depende da qualidade do aluno que ingressa. Os públicos interessados são: a) público externo à instituição, em geral potenciais alunos que utilizam essa informação para escolher a instituição; b) o público interno, por exemplo os reitores das universidades; c) órgãos reguladores: SESu, SETEC, SEED. Os principais indicadores de curso são: 1) a nota e o conceito do ENADE; 2) a medida de valor adicionado, quanto o curso contribui para o ENADE, que é o IDD. Ao término da apresentação, o presidente Lins ressaltou a necessidade de um relacionamento mais próximo com INEP para acompanhar a avaliação e a reativação da Comissão de Avaliação para desenvolver reuniões sistemáticas com representantes das instituições com o INEP. Após intervalo para o almoço o presidente retomou os trabalhos convidando a pró-reitora de graduação Sandramara Matias Chaves (UFG), coordenadora do FORGRAD, para apresentar a nova diretoria do Fórum: “a intenção é trabalhar de forma direta e articulada nas demandas da Andifes nas questões relativas à graduação no Brasil”. A seguir, o reitor Arquimedes Ciloni (UFU) informou acerca do convite para a adesão de universidades brasileiras ao Grupo Coimbra que congrega as maiores instituições européias, especialmente aquelas com pesquisa consolidada. A seguir foi votado o modelo de distribuição emergencial para as 450 novas vagas para docentes e 250 para técnico-administrativos para a educação a distância em 2008. O modelo prevê um apoio mínimo a todas as IFES e um suporte maior àquelas instituições que já possuem programas em andamento. Foi aprovado o reenvio do modelo às IFES para análise e sugestões. O presidente passa a palavra para o reitor Romulo Polari (UFPB), presidente da Comissão de Orçamento, para tratar da avaliação da matriz Andifes 2008/2009. Segundo Polari a base de dados de 2006 para elaborar a matriz que alocou recursos de 2008 contabilizou os alunos ingressantes da expansão de 2006. O motivo é que a expansão na fase I é pactuada. Cada universidade fez um pacto com a SESu/MEC e o recurso, não só de investimento, como também do custeio, é alocado a parte, por meio do pacto assinado. Se os alunos já contemplados no pacto são contabilizados novamente para servirem de base na alocação de recursos do OCC normal, é como se estivessem recebendo duas vezes pelo mesmo feito. O presidente da Comissão de Orçamento seguiu relatando a reunião realizada na última semana que contou com a participação de técnicos da SESu. Na reunião, identificadas as necessidades para a realização do trabalho de verificação, foi solicitado à Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES (MEC), Maria Ieda Costa, o envio da relação das novas IFES que tiveram os novos cursos de graduação com início de funcionamento em 2006, com seus correspondentes números de alunos gerados nos cursos aludidos; relação das IFES que integram o Programa de Expansão – Fase I, com seus respectivos números de alunos ingressantes pactuados por ano, no período de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. A Comissão está preparando um dispositivo analítico para evitar que isso ocorra no ano seguinte: “Apenas o primeiro pedido foi recebido. Há dados sobre os alunos que ingressaram por meio de novos cursos em 2006. Quantificando esse alunos, como foi feito, não estamos analisando corretamente aquilo que precisamos. Há alunos que ingressaram em cursos da expansão normal da IFES, além da expansão pactuada. Não foi possível depurar e retirar os alunos oriundos da expansão pactuada pois a relação dos alunos recebida não permitia”. O reitor José Ivonildo do Rêgo (UFRN) considera a discussão interessante devido ao problema do custeio da expansão da fase I, a questão do REUNI, embora o REUNI já tenha sido pactuado e cada instituição terá que incorporar um valor de custeio em função do seu projeto. Segundo ele, o importante não é o que uma instituição ganhou ou perdeu, mas sim a confiança no modelo estabelecido. Para se manter a confiança no modelo é importante: 1) a pactuação do modelo, que é a fórmula, fruto de um acordo político que se faz para distribuir os recursos; 2) a alimentação do modelo com dados corretos. A questão de usar modelos de OCC e posteriormente de pessoal é uma conquista no final da gestão de Murílio Hingel que vem sendo aperfeiçoada. Mas em todas as fases, um fator que

se prezou bem foi a questão da base de dados. Em todo esse processo, os primeiros instantes eram auditados. “Eu me pronunciei, em ofício, encaminhado a todos os dirigentes, em um momento que identificamos uma falha na base de dados. Claramente a base de dados não poderia constar a expansão I. Ela tem um financiamento garantido de quatro anos. Essa mesma base de dados foi que gerou a proposta para o orçamento de 2009. É importante manter a base de dados dentro do estabelecido e iniciar urgentemente uma discussão com a SESu sobre a expansão. Estamos em um momento de vários crescimentos: educação a distância, com financiamento próprio, e todo o processo de expansão”. A reitora Ana Dayse Dórea (UFAL) aponta a necessidade do reestudo dessa matriz, afirma que 27 instituições que atingiram o teto tiveram seus orçamentos reduzidos em função da matriz. Considera boa a matriz para hoje e sugere uma simulação de como seria essa matriz, a partir de 2010, para verificar se ela absorve a expansão I, para análise. O reitor Pedro Angelo Abreu (UFVJM) concordou em boa parte com o exposto pelo colega Ivonildo. “Porém a questão é sempre a referência. Quando falamos em expansão I na UFRN, na UnB, é bem diferente da UFVJM e todas as demais que são novas. Significa que estamos criando uma nova universidade. Temos *campi* que estão absolutamente descobertos, sujeitos a invasões constantes. Também temos *campi* que distam cerca de 400km entre eles, com um dia de viagem, por não dispormos de vídeo conferência. É isso que vai ser feito para a universidade ser devidamente contemplada com estrutura para se adaptar. Matriz, quando dizemos que entra o equivalente de qualidade é muito bem. Entretanto, quem já tem o equivalente de qualidade bom, você dá suporte para outras áreas. Mas se considerarmos matriz igual, há o distanciamento entre as IFES que estão em implantação e as que já têm um nível de excelência. Matriz tem que ser vista com cuidado. Supera em muito a questão do balcão, mas as correções têm que ser feitas até que haja o equilíbrio entre as IFES”. Para Polari uma coisa é o modelo em si e outra são as decisões políticas tomadas depois de demonstrações do modelo. Segundo ele, a decisão política de dizer sobre o teto e o piso é da Andifes e considera pouco provável que uma universidade consiga efetivamente aumentar 20% em um ano: “Estamos vendo que o modelo é bom para as pequenas. Com o modelo atual, embora ainda tenha alguma competitividade, tem uma preocupação com o custeamento básico, que chamamos de UBC (unidade básica de custeamento). Para manter o sistema, o piso deve ser garantido. Quando o modelo nasceu, os recursos não supriam os gastos básicos. Já é possível trazer outras variáveis. Agora se pode custear o básico e pensar em incentivar produtividade, qualidade e etc. O limite de 20% é político. A cada ano devemos ter limites de piso e tetos variáveis. Depois, essa questão da pactuação atual é prudente. O presidente Lins acrescentou que a proposta do reitor Ivonildo, que foi aprovada, é que sejam depurados os números, encaminhados ao MEC para que sejam corrigidos e solicitar audiência específica para discutir o orçamento de 2009 em função da expansão. A seguir o presidente passou para a questão da distribuição das vagas nas universidades que estão na UAB ou no pró-licenciatura. No segundo edital muitas universidades entraram e tiveram seus cursos aprovados e estes não estão contemplados nesse modelo. Speller rebateu que a SEED não controla a situação de cada IFES, algumas fizeram o edital, ou outros passos. É uma expectativa e ninguém tem controle sobretudo por conta da velocidade que tem que ser feita essa distribuição e as correções serão feitas nas vagas que virão. O presidente aquiesceu e solicitou ao coordenador do FORPLAD, Orlando Valle, a análise pela Comissão de Modelos e auditamento do banco de dados no modelo definitivo. Balduino sugeriu ao Conselho, por intermédio do reitor Speller, que fosse disponibilizada a base de dados da SEED. Speller respondeu “que com a deliberação de agora, será feito um ofício para a SEED, a qual já tem uma primeira aproximação da planilha, que será enviada a todos. Segundo ele, estamos em uma situação emergencial. Quando a Comissão de Modelos estiver com o modelo, e com o PING-IFES, tudo será automático. Agora nos deram um prazo exíguo. Então a planilha será distribuída. Devido à exiguidade de tempo, o presidente optou por não discutir o ponto de pauta autonomia. Com referência aos HUs, o presidente relatou que em reunião com ministro Fernando Haddad, foi apresentado que estes estão comprometendo 30% com a terceirização de pessoal, a estrutura e o atendimento estão precários e a solução não pode ser adiada. A Andifes coloca a questão como um ponto prioritário para essa gestão, e o ministro respondeu que não há unanimidade sobre essa questão. Pede o envolvimento dos reitores e a apresentação rápida de uma proposta ao MEC para evitar surpresas com propostas advindas dos Ministérios. Ficou acordado que a Comissão de HUs se reunirá e fará uma proposta de encaminhamento do tema para ser discutido pelo Conselho Pleno na próxima reunião. Na seqüência, o presidente sugeriu que o reitor Ricardo Mota (UFRRJ), representante da Andifes na Comissão Nacional de Supervisão dos Planos de Carreira, assumisse a presidência da Comissão de Política de Recursos Humanos, que aceitou o encargo. Balduino informou que nos dias seguintes seria realizado o IV Encontro de Assessores de Comunicação com temas proveitosos para formação e informação dos assessores. As declarações completas dessa reunião estão gravadas e disponíveis para consulta. Nada mais havendo a tratar, eu Gustavo Henrique de Sousa Balduino, secretário executivo, lavrei a presente ata.

Gustavo Henrique de Sousa Balduino  
Secretário executivo da Andifes